

ESPAÇOS POLÍTICOS EM SUSPENSÃO: IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA DEMOCRACIA DO DISTRITO FEDERAL (DF)¹

Daniel A. de Azevedo²

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília, DF, Brasil

Enviado em 29 abr. 2022 | Aceito em 29 set. 2022

Resumo: O contexto pandêmico exigiu que cientistas das mais variadas áreas de conhecimento avaliassem seus impactos sociais. O objetivo deste artigo é revelar impactos da medida do isolamento social no funcionamento dos espaços políticos e suas consequências para a democracia, tendo o Distrito Federal como escala de análise. Para tanto, por dezoito meses, foi acompanhada a atuação de atores nos diferentes espaços políticos da capital, a fim de compreender os desafios encontrados nesse período e suas consequências. A partir da discussão teórica sobre qualidade democrática, além do trabalho empírico em três espaços políticos no Distrito Federal, o artigo revelou que o isolamento social teve um impacto profundo sobre a dinâmica espacial da democracia, modificando a quantidade e qualidade de leis aprovadas, gerando um uso parcial dos espaços de manifestações e aumentando a quantidade de associações virtuais de moradores.

Palavras-chave: espaços políticos, qualidade democrática, covid, Distrito Federal, Brasília.

POLITICAL SPACES IN SUSPENSION: IMPACT OF THE COVID-19 PANDEMIC ON DEMOCRACY IN DISTRITO FEDERAL (DF)

Abstract: The pandemic context required scientists from the most varied areas of knowledge to assess its social impacts. The objective of this article is to reveal impacts of the measure of social isolation on the functioning of political spaces and its consequences for democracy, having the Federal District as a scale of analysis. Therefore, for eighteen months, the performance of actors in the different political spaces of the capital was monitored, in order to understand the challenges encountered in this period and their consequences. From the theoretical discussion on democratic quality, in addition to empirical work in three political spaces in the Federal District, the article revealed that social isolation had a profound impact on the spatial dynamics of democracy, modifying the quantity and quality of laws passed, generating a partial use of spaces for demonstrations and increasing the number of virtual residents' associations.

Keywords: political spaces, democratic quality, covid, Distrito Federal, Brasília.

ESPACIOS POLÍTICOS EN SUSPENSIÓN: IMPACTO DE LA PANDEMIA DEL COVID-19 EN LA DEMOCRACIA EN EL DISTRITO FEDERAL (DF)

Resumen: El contexto de la pandemia necesita de científicos de las más variadas áreas del conocimiento para evaluar sus impactos sociales. El objetivo de este artículo es revelar impactos de la medida de aislamiento social en el funcionamiento de los espacios políticos y sus consecuencias para la democracia, teniendo como escala de análisis al Distrito Federal. Para eso, durante dieciocho meses, se monitoreó el desempeño de los actores en los diferentes espacios políticos de la capital, con el objetivo de comprender los retos encontrados en este período y sus consecuencias. A partir de la discusión teórica sobre la calidad democrática, además del trabajo empírico en tres espacios políticos del Distrito Federal, el artículo reveló que el aislamiento social incidió profundamente en la dinámica espacial de la democracia, modificando la cantidad y calidad de las leyes aprobadas, generando un utilización parcial de espacios para manifestaciones y aumento del número de asociaciones virtuales de vecinos.

Palabras clave: espacios políticos, calidad democrática, covid, Distrito Federal, Brasília.

1 Agradeço ao auxílio financeiro cedido pelo DPI/DIRPE (UnB) como incentivo à publicação de artigos científicos.

2. Doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UnB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5354-128X>. E-mail: daniel.azevedo@unb.br

Introdução

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) categorizou a doença covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, como pandemia. Baseados em majoritárias diretrizes científicas, Governos começaram a traçar estratégias com o objetivo de controlar a propagação do vírus, sendo o distanciamento social a medida mais amplamente utilizada. Traumática para o cotidiano de todos, essa providência tomada, apesar de eficaz no combate à disseminação da doença, gerou impactos profundos na economia, nas relações sociais e no funcionamento políticos das instituições.

O contexto pandêmico exigiu que cientistas das mais variadas áreas de conhecimento avaliassem seus impactos sociais. No caso da Geografia, consequências estão sendo avaliadas na educação básica e superior (SANTOS, 2021), na desigualdade social (BITOUN et al, 2020) e nos diferentes impactos regionais (LEOPOLDO, 2020). Nossa pesquisa acompanha análises já realizadas sobre causas e consequências político-espaciais da pandemia (RODRIGUES e AZEVEDO, 2020; NETO; GARCIA; SPINUSSI, 2020). Nesse sentido, o objetivo deste artigo é revelar impactos da medida do isolamento social no funcionamento dos espaços políticos (abertos, limitados e exclusivos) e suas consequências para a democracia, tendo o Distrito Federal como escala de análise. Para tanto, por dezoito meses, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem)³ da Universidade de Brasília acompanhou a atuação de atores nos diferentes espaços políticos da capital, a fim de compreender os desafios encontrados nesse período e suas consequências.

A impossibilidade de encontro nos espaços físicos gerou uma oportunidade única para colocar a teoria sob análise, já que a pesquisa ora apresentada busca avaliar esses desafios, lançando luz sobre o próprio debate sobre a espacialidade da democracia. A discussão teórica revela que para além de importantes componentes conhecidos da democracia, como liberdade de expressão e de mídia, eleições periódicas, e tantos outros, é possível mensurar a democracia a partir de uma perspectiva geográfica, especialmente na quantidade e qualidade de espaços políticos. Parte-se da ideia, portanto, que a democracia também é um conceito espacial.

Como a pesquisa lidou com distintos espaços políticos, foi necessário traçar uma estratégia ampla de obtenção de dados. Para a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o espaço político exclusivo sob análise, foram tabulados dados públicos sobre o trabalho legislativo da CLDF no período de 2010 a 2020 nos meios de comunicação de responsabilidade da Câmara, como os Dados Abertos, o Portal da Transparência e o aplicativo Agora é Lei. Como triangulação metodológica, entrevistas com parlamentares foram realizadas para lançar luz aos achados anteriores. Já no caso dos espaços políticos limitados, as prefeituras comunitárias do Plano Piloto foram selecionadas, já que representam um dos principais associativismos de bairro da capital federal. A completa falta de dados públicos sobre as prefeituras demandou a necessidade de levantamento sistemático de cada CNPJ na Receita Federal, além de sua conferência presencial mediante trabalho de campo. Em seguida, quatro foram selecionadas para entrevistas com seus respectivos líderes e observação participante nas assembleias. Por fim, para seleção do espaço político aberto, foram consultados repositórios e páginas virtuais de jornais já conhecidos pela população entre o mês dos primeiros casos de covid-19 no Distrito Federal (março de 2020) até o período de julho de 2021. Em seguida, essas informações foram tabuladas e analisadas com auxílio do software Atlas T.I.

³ Uma pesquisa sempre é um trabalho em conjunto, especialmente quando se lida com uma temática que ainda está em curso. Por essa razão, agradeço a colaboração dos alunos que fazem parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) da Universidade de Brasília pela ajuda na obtenção dos dados utilizados.

A pesquisa revelou que o isolamento social teve um impacto profundo sobre a dinâmica espacial da democracia, já que modificou a quantidade e a qualidade de leis aprovadas, gerou um uso parcial dos espaços de manifestações e aumentou a quantidade de associações de moradores virtuais.

Espaços políticos e qualidade da democracia

Trabalhos anteriores (CASTRO, 2018; AZEVEDO, 2018; AZEVEDO, 2020) definiram o espaço político como sendo o espaço geográfico que se constrói e funciona como intermediação entre a sociedade e o Estado, lugar de atos políticos, encaixando-se nos princípios que regem uma sociedade democrática. O espaço político aqui apresentado é, ao mesmo tempo, material, imaterial e intencional (CASTRO, 2013), afastando-o da ideia mais abstrata comumente utilizada pela ciência política. Possui métrica, possível de ser mensurada e qualificada; apresenta uma *physicallity* (PARKINSON, 2012) fundamental para o próprio funcionamento político. Este é um ponto teórico fundamental, já que é exatamente a materialidade do espaço político que foi afetada com o isolamento social no contexto pandêmico.

Se, como afirma Hannah Arendt, o dissenso, a diferença e a pluralidade são características sociais nas quais se baseiam a política, é, pois, o espaço político que promove o encontro entre os diferentes e a interação cara a cara, tornando possível a construção de uma verdadeira pedagogia da democracia, onde os homens realizam sua plena humanidade, “sua plena realidade como homens, não apenas porque são (como na vida privada familiar), mas também porque aparecem” (ARENDR, 2009, p.47). A tese defendida é que controlar, restringir e destruir espaços políticos seriam metodologias eficazes para o desmantelamento de uma sociedade democrática.

O contexto da pandemia trouxe algo inédito no mundo contemporâneo: o funcionamento dos espaços políticos foi atacado não por forças autoritárias, mas sim pela necessidade legítima de reconfiguração das relações interpessoais. Em um contexto de crise política e econômica no país, as ruas, Parlamentos nas diferentes escalas políticas e os espaços de participação e representação do cotidiano – como associações de moradores – estavam atipicamente vazios.

Reforçar a materialidade do espaço político é ir de encontro a uma corrente contemporânea que valoriza o ciberespaço como instrumento para o aprofundamento democrático (SHIRKY, 2008; 2011; MAGRANI, 2014). Apesar de uma evidente importância para ativação de espaços políticos, facilitando, por exemplo, a organização de protestos (GERBAUDO, 2012), defende-se que esses mecanismos virtuais não podem ser considerados espaços políticos *tout court*. É conhecido o debate que revela o acirramento da polarização política promovida pelo crescimento de uso das redes sociais, visto que esses mecanismos criam verdadeiras comunidades de encontro entre iguais, uma certa zona de conforto na qual se pode excluir quem e o que não se deseja ver e ouvir sob o império do anonimato (EMPOLI, 2020). Além disso, problemas produzidos por esses supostos mecanismos já foram revelados, especialmente relacionados ao aumento do hiato socioeconômico na participação política (*socio-economic status participation gap*) (DALTON, 2017; AZEVEDO e VAN DEN BRULE, 2021). Assim, parafraseando Raffestin (1993) e Sack (1986) nas suas discussões sobre território, o espaço político é um sistema físico e sêmico.

O espaço político foi categorizado em três diferentes tipos, segundo características de métrica, valor e substância (LÉVY, 1999): espaços políticos abertos, espaços políticos limitados e espaços políticos exclusivos (CASTRO, 2018; AZEVEDO, 2021). Como exemplo, é possível citar, respectivamente, as praças e ruas, as associações e conselhos e os Parlamentos, no Brasil, nas três

escalas políticas (União, estado e município). Em conjunto, esses espaços podem funcionar como um importante sistema geográfico da democracia (AZEVEDO, 2019). Para essa pesquisa, foram selecionados a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as prefeituras comunitárias do Plano Piloto e a Esplanada dos Ministérios. Apesar das importâncias particulares de cada tipo de espaço político para a democracia, é evidente a hierarquização existente entre eles em um mundo organizado politicamente em Estado-nação, já que é no espaço político exclusivo onde regras *erga omnes* são produzidas, diferentemente dos outros, seja pelo caráter limitado da pauta de atuação e/ou de público-alvo (espaços políticos limitados), seja pelo seu importante papel de pressão (espaços políticos abertos).

O contexto da pandemia do coronavírus impôs desafios para o funcionamento de todos eles, já que levou à suspensão da possibilidade do encontro dos diferentes nos espaços políticos, a partir da implementação de reuniões virtuais ou, até mesmo, a suspensão temporária das atividades. Se a discussão teórica estiver correta, a qualidade democrática das decisões tomadas nesses espaços foi diretamente afetada por essa medida.

A qualidade democrática de processos políticos

A distinção entre democracia e qualidade dos sistemas democráticos é fundamental nesta pesquisa (O'DONNELL, 2004; LEVINE e MOLINA, 2011), pois consideramos que a democracia não é uma *constante*, mas *variável* (BOOTH, 1998). Nesse sentido, seria possível mensurar avanços e retrocessos no sistema democrático em uma escala que afastaria uma metodologia “*all or nothing*” (BUSH, 2017), utilizado, por exemplo, em instituições avaliativas reconhecidas, como a Freedom House.

Avaliar a democracia significa levar em consideração o *processo* pelo qual as decisões políticas são construídas, isto é, não concordamos com a ideia de avaliar esse sistema político a partir dos resultados produzidos, pois muitos governos tirânicos podem gerar políticas públicas de qualidade de modo não democrático⁴. Nesse sentido, quanto mais e mais bem qualificados forem os elos entre Estado e sociedade, melhor para a democracia, já que, como defende Tilly (2007), este é um regime em que há consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes.

É a partir da quantidade e da qualidade de espaços políticos em uma sociedade que podemos mensurar, geograficamente, a situação de uma democracia. Uma democracia tem maior qualidade quando seu sistema se estrutura e se direciona para intensificar o *chamado* e a *permissão* para a participação, seja em formato direto ou representativo legitimamente construído. Ter espaços políticos difundidos e qualificados chama e permite a participação, já que de nada valem leis permitindo participar, se não há de fato espaços onde isso ocorra. Nesse sentido, Bobbio (2000, p.40) afirma que “quando se quer saber se houve um desenvolvimento da democracia em determinado país, trata-se de tentar entender se o número daqueles que têm o direito de participar das decisões, mas os espaços em que podem exercer esse direito”. Note-se, portanto, que nos afastamos de uma concepção minimalista de democracia, que a limita aos processos eleitorais, visto que, apesar de sua evidente importância ainda no século XXI, os vínculos entre sociedade e Estado se estabelecem a partir de uma rede complexa de espaços políticos de participação direta e de representação, que vai muito além do momento eleitoral.

⁴ Diferentemente de algumas pesquisas já consagradas nesse tema. A esse respeito, ver Mainwaring e Scully (2010) e o Índice de Governança Democrática.

Isso significa dizer que não partimos da dicotomia conhecida em certa literatura entre participação e representação, existente especialmente na corrente da denominada democracia participativa (AZEVEDO, 2021). Apesar das importantes distinções entre participação política direta e participação via representação⁵, concordamos com a linha defendida por autores de que não há uma contradição entre participação e representação para uma democracia profunda (YOUNG, 2006). Em tese, cada espaço político se constitui (e estimula) tanto pela participação direta quanto pela representativa, cuja variação depende do grau de institucionalidade que o espaço político possui.

Assim, parte-se da premissa que, se a participação diminui (direta ou nas eleições de representantes), o processo é menos democrático e, conseqüentemente, os resultados são menos democráticos; o contrário também se estabelece, tornando os resultados das discussões políticas mais válidos. Destaca-se também que não apenas qualquer participação, mas sim uma qualificada, isto é, mecanismos já amplamente conhecidos como pluripartidarismo, liberdade de imprensa, instituições de *check and balances* etc. (DAHL, 2009), são fundamentais para que tanto a participação direta quanto os representantes escolhidos sejam legítimos. Essa participação é mais qualificada quanto mais os diferentes se apresentam, discordam e entram em acordo – algo que, segundo a base teórica apresentada, é fomentado pela existência de espaços políticos bem difundidos.

Em suma, o que se defende aqui é que a materialidade do espaço político colabora para um princípio fundamental da democracia: a conexão entre representante e representado (YOUNG, 2006; TILLY, 2007). A existência de espaços políticos pode atrair o público e promover maior transparência, *accountability*, visibilidade e publicidade, atributos fundamentais de uma democracia qualificada (DAHL, 2009).

Como já apontado, o objetivo dessa pesquisa é analisar o impacto do legítimo isolamento social no contexto pandêmico para a democracia, a partir da perspectiva geográfica aqui proposta. Se a base teórica estiver correta, a suspensão dos encontros presenciais nos espaços políticos afetou o chamado e a permissão para a participação, seja de modo representativo, seja de modo direto, gerando conseqüências possíveis de serem avaliadas.

Procedimentos metodológicos

A imposição do isolamento social e do trabalho remoto devido à pandemia gerou uma oportunidade única para avaliar a real importância da materialidade dos espaços políticos para o seu funcionamento. Para tanto, foram investigados os principais exemplos de espaços políticos do Distrito Federal, recorte espacial de análise. Como lidamos com três tipos distintos de espaços políticos, foi necessário usar diferentes métodos de obtenção de dados, sem traçar hierarquias (MARTIN, 2001; SECOR, 2010).

Para o espaço político exclusivo, a Câmara Legislativa do Distrito Federal foi a selecionada para analisar os impactos na qualidade democrática dos processos decisórios ao longo do período da pandemia. Para tanto, foi realizado um levantamento de dados públicos sobre o trabalho legislativo da CLDF no período de 2010 a 2020 nos meios de comunicação de responsabilidade da Câmara, como os Dados Abertos, o Portal da Transparência e o aplicativo Agora é Lei. Destacando o ano de 2020 em comparação com médias dos anos anteriores, foi possível revelar as diferenças entre as

⁵ O debate sobre representação e participação foge do escopo deste texto. Para tanto, ver Pitkin (1967) e Pateman (1970) para considerações clássicas sobre o tema.

atividades remotas e presenciais. Como estratégia de triangulação metodológica, duas entrevistas com parlamentares foram realizadas para colocar os achados anteriores em análise.

Para o espaço político limitado, escolhemos o mais conhecido associativismo de bairro do Distrito Federal, as denominadas prefeituras das superquadras do Plano Piloto. Diante da falta de dados públicos na administração regional sobre esses espaços, foi realizado um levantamento de forma virtual no site da Receita Federal em busca dos CNPJs ativos das prefeituras. Para a confirmação desses dados in loco, foram necessários trabalhos de campo em todas as superquadras que se localizavam na região delimitada desta pesquisa. Após a construção desse panorama geral, duas (superquadras 409 Sul e 215 Norte) foram selecionadas a fim de compreender os impactos da pandemia em seus funcionamentos. As duas foram escolhidas seguindo o interesse científico do pesquisador (VERGARA, 2010), já que a primeira possui sede física e a segunda não. Para tanto, foram realizadas observações participantes em reuniões, sites e grupos de divulgação das ações realizadas por estas prefeituras, além de entrevistas e aplicações de questionários, cujos dados obtidos foram organizados através dos softwares Excel, Arcgis e Atlas Ti.

Por fim, para definição do espaço político aberto, foi realizada uma busca nos repositórios e sites de jornais já conhecidos pela população, entre o mês dos primeiros casos de covid-19 no Distrito Federal (março de 2020) até o período de julho de 2021, data do início da análise e escrita desse trabalho. Para identificar os dados contidos nas reportagens, organizamos as manifestações indicando “onde” ocorreram, “quando” e “quais as suas motivações”. Esses dados foram tabulados, e com as datas e o tipo de estratégia tomada pelos grupos, comparamos os efeitos das ações com as pesquisas de aprovação ou rejeição às ações do Governo federal, através do levantamento de consórcios de pesquisa de opinião em relação ao presidente Jair Bolsonaro no período escolhido para análise das manifestações em Brasília.

Resultados

O espaço político exclusivo da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) sob a pandemia

Para mensurar se houve um impacto na qualidade democrática das decisões políticas na CLDF é importante realizar sintéticas comparações com o seu funcionamento em período anterior à pandemia. Com os dados de 2010-2019 é possível perceber uma certa uniformidade na quantidade de sessões ordinárias e extraordinárias, com média de 151 reuniões em dez anos (Tabela 1). O regimento interno da CDLF define que as sessões ordinárias sejam realizadas às terças, quartas e quintas-feiras, no plenário; já as sessões extraordinárias correspondem às reuniões marcadas para dia ou horário não coincidente com o das ordinárias. É por essa razão que, no ano pandêmico de 2020, houve apenas 16 sessões ordinárias, sendo a última no dia 17 de março de 2020, já que a DLC N° 61/2020 substituiu as sessões ordinárias pelas sessões extraordinárias remotas, cujo total chegou a 112.

Tabela 1 – Número de sessões plenárias

Sessões Plenárias			
Ano	Ordinárias	Extraordinárias	Total
2010	110	43	153
2011	116	49	165
2012	117	39	156
2013	114	37	151
2014	115	23	138
2015	117	40	157
2016	113	34	147
2017	117	38	155
2018	116	26	142
2019	114	38	152
2020	16	118	134

Fonte: CLDF, 2022.
Organização: dos autores.

Segundo a Tabela 1, houve um decréscimo, portanto, de 11% na quantidade de sessões plenárias no ano de 2020. A diferença não é tão expressiva, especialmente quando analisamos que a média de tempo de duração das sessões não sofreu alteração significativa entre 2010-2019 e 2020 (média de 1h30). Porém, outro dado alerta para a qualidade democrática das decisões políticas em 2020. Mesmo com a diminuição das reuniões e a quantidade média de tempo similar, houve um aumento expressivo das aprovações de leis pela CLDF. Na Tabela 2 podemos ver que entre os anos de 2010 e 2019 foram produzidas, em média, 203 propostas por ano, enquanto em 2020, foram 299 propostas aceitas (aumento de quase 47%).

Tabela 2 – Tipo de norma agrupado por ano (2010-2020)

Tipo	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Emenda à Lei Orgânica	4	1	1	10	14	8	5	9	2	8	2
Lei	45	149	206	242	115	130	172	233	151	189	279
Lei Complementar	10	11	17	18	17	14	15	15	6	14	18
Total	59	161	224	270	146	152	192	257	159	211	299

Fonte: CLDF 2022.

Destaca-se que as propostas aceitas entre o período de 2010 a 2019 se relacionavam a temas ligados mais à cultura, à gestão pública e às questões orçamentárias. Apesar do contexto pandêmico, o ano de 2020 não se difere tanto, tendo como três principais temáticas a gestão pública, com 51

propostas, as questões orçamentárias, com 40 propostas e, saúde, com 39 propostas. Outro ponto relevante a ser considerado é que as ações de combate à covid-19 ficaram em 4º lugar, com 29 propostas aceitas (Portal de Transparência CLDF, 2021). Reforça-se, portanto, que a média de propostas aceitas cresceu consideravelmente enquanto o tempo médio de discussão permaneceu praticamente inalterado.

O número crescente de leis e projetos aprovados na CLDF é destaque nos meios midiáticos e utilizado como símbolo de bom andamento da atuação do Legislativo. Conforme esclareceu o presidente da CLDF, Rafael Prudente (MDB), o ano de 2020 teria sido um ano produtivo em relação ao ano de 2019 pela quantidade de projetos aprovados, assinalando ainda o formato remoto como ferramenta eficaz na deliberação política⁶. Nesse sentido, a opinião do parlamentar reforça a crença que a quantidade de projetos aprovados revelaria uma maior qualidade do funcionamento da CLDF. Essa defesa vai de encontro às considerações já realizadas nesse artigo sobre qualidade democrática, já que a quantidade de leis, o resultado, não define um sistema como mais ou menos democrático; é no processo que essa mensuração pode ser realizada.

Em busca de diminuir o risco de falácia ecológica tão comum em pesquisas qualitativas (OLLAIK e ZILLER, 2012), entrevistas com parlamentares foram realizadas como triangulação metodológica, ajudando a compreender melhor os desafios que as relações políticas encontram no ambiente virtual e que afetaram na qualidade das decisões. Como já apresentado, essa qualidade diz respeito à capacidade de ouvir diferentes interesses que compõem a sociedade, sejam aqueles vocalizados a partir da representação parlamentar ou mesmo pela participação direta, via pressão da copresença ou mesmo pela possibilidade de alguma votação.

Importante frisar que as entrevistas realizadas não buscam, sozinhas, atestar o impacto do isolamento social sobre a qualidade da democracia. Pesquisas qualitativas necessitam de múltiplas fontes de dados e informações para que, em conjunto, apontem respostas que nos ajudem a refletir com a base teórica proposta. As entrevistas apresentadas a seguir precisam, portanto, ser vistas como suporte dos dados já utilizados.

A partir dos dados anteriores, questiona-se a qualidade das decisões políticas realizadas em um contexto de diminuição do debate e minimização do dissenso. Em entrevista realizada em julho de 2020, a Deputada Distrital Lucy (Partido Novo) afirmou que “[a mudança para o virtual] com certeza impacta por que nas votações presenciais a gente tem a participação do público, muitas vezes ali, lidando com uma pressão popular”. O destaque realizado pela parlamentar diz respeito à presença de público na galeria da CLDF, que funciona como estratégia de pressão em votações polêmicas.

Além da ausência da pressão da copresença, a pandemia de covid-19 impediu reuniões mais formais de parlamentares, como relatado em diferentes reportagens na mídia. Entre tantas reportagens, foram relatadas algumas cenas inusitadas envolvendo os deputados distritais, como episódios envolvendo uso de bebida alcoólica, participação de sessões dentro do carro e uso de reuniões para conduzir conversas paralelas fora dos temas relacionados ao plenário⁷.

Desse modo, apesar da transposição do trabalho legislativo ter sido pacífica pelos agentes, há questões sobre as mudanças nas relações entre os deputados e quem pode participar das sessões virtuais. Sobre os trabalhos legislativos, em entrevista realizada em junho de 2020 com a deputada Distrital Lucy (Partido Novo) ela afirmou que:

⁶<https://www.cl.df.gov.br/-/cldf-aprovou-330-projetos-e-economizou-r-75-milh-c3-b5es-em-2020> Consultado no dia 12 de abril de 2022.

⁷ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/08/11/deputado-do-df-participa-de-sessao-remota-da-camara-legislativa-enquanto-dirige.ghtml> Acessado dia 12 de abril de 2022.

"Com certeza existe uma diferença entre o trabalho remoto e o trabalho presencial. A gente tem vários assessores a nossa disposição, a gente consegue observar os movimentos dos outros parlamentares, e das suas assessorias, tudo isso vai compondo a análise do, (pausa rápida) do cenário, a análise do jogo, então faz muita diferença; com certeza, a gente teve que se adaptar assim, de uma hora para outra como trabalhar a distância com toda equipe, coordenar assessores que estão distantes e assim... então, faz sim muita diferença!" (Deputada Distrital Lucy - Partido Novo, 2020).

Interessante perceber que a ausência da materialidade do espaço político tem repercussões em todas as escalas políticas, não somente no Distrito Federal. Em uma entrevista realizada com o Deputado Federal Tadeu Fillipelli (MDB), em 2020, ele afirma que a praticidade que a rede virtual apresenta é positiva para evitar grandes deslocamentos dos parlamentares. Para ele, o sistema virtual se sustenta em votação de alguns projetos que não sejam de grande conflito entre os parlamentares, isto é, aqueles em que o consenso é mais fácil e não há necessidade de aprofundamento. Desse modo, ainda que o sistema virtual seja um facilitador para os encontros e atividades legislativas, não seria, para ele, uma alternativa completa visto o que debate não flui de uma maneira orgânica e alguns aspectos dos projetos seriam, segundo o parlamentar, perdidos ou não se desenvolvem pela falta do "corpo a corpo, da 'confusão'", como Fillipelli caracteriza os encontros nas casas legislativas. A partir dessa ideia, o deputado nos leva a pensar sobre a dificuldade do meio digital de captar o dissenso nas deliberações políticas.

Na fala do deputado Tadeu Fillipeli:

"tem matéria, por exemplo, a simples formalidade de aprovação de mensagem, como teve agora, teve um número muito grande, por exemplo, de matérias orçamentarias destinadas exatamente a tensão dos estados e municípios, é o tipo da matéria que ninguém, de forma nenhuma vai ter um gesto de restrição a isso, né?!. Determinados tipos de matérias do ponto de vista de uma tensão, de um socorro, não vamos falar socorro, de uma tensão maior a determinados seguimentos que hoje, nesse momento precisam, não existe grandes conflitos disso; agora já um outro lado, por exemplo, o FUNDEB, uma matéria que foi fundada, votada agora ha pouco tempo, certo... ela te diz o seguinte, da forma que ela foi votada, foi uma evolução fantástica! Evoluiu pra "burro"! Se não houvesse aquela forma de exercer, aquele debate todo, não teria evoluído da forma que evoluiu, mas te digo ainda o seguinte se fosse com a presencial, eu acho que teria ainda alguns outros aspectos ainda!" (Tadeu Fillipeli - Partido Movimento Democrático Brasileiro, 2020).

É importante sublinhar a afirmação do parlamentar sobre o debate mais complexo e conflitivo do FUNDEB, caso tivesse sido realizado de modo presencial. Essa reflexão dentro dos meandros da prática parlamentar corrobora os achados da pesquisa aqui apresentados. A impossibilidade de uso do espaço transforma as relações políticas dos parlamentares e, conseqüentemente, o produto desse encontro. Será a qualidade democrática das políticas públicas a mais afetada pelas mudanças das "regras do jogo", como reforça a deputada distrital Lucy em um outro momento da entrevista, quando questionada sobre as relações e interações entre os deputados nos momentos de decisões.

"Afeta as relações políticas... afeta, porque, você não tem a mesma velocidade de conversa, você não tem mesma velocidade de conversa online como você tem presencialmente. Então muitas vezes no plenário, você chega em um colega, você conversa com outro, você "puxa" um, você "puxa" outro, então você consegue deliberar, e fazer acordos ali, na hora! Agora, online é mais difícil, por que você tem que passar mensagem "pra" um, e o outro demora, e "nun" sei o que... e aí "cê" fica no medo de alguém copiar sua mensagem, e mostrar aquilo que "cê" ta pensando! Então, com certeza afeta, né! Isso é obvio! Se você muda a regra do jogo, o resultado do jogo é diferente!"

Em outro momento da entrevista com o Deputado Fillipelli, ele afirma que a sobreposição do remoto no presencial suspendeu o sentimento de fidelidade da representatividade, tanto por não se

fazer encontros entre os representantes, quanto pela ausência dos representados, da tensão que o espaço legislativo propõe.

"a política, ela é feita de conversa; ela é feita vamos dizer assim, daquele encontro pessoal, daquela conversa, daquele "cochicho" vamos dizer assim, né! É impossível você fazer uma política, fazer qualquer tipo de política trancado entre quatro paredes! Não, esse sentimento que a gente busca traduzir, busca debater com o plenário, é o sentimento que você colhe na sociedade! Se você não "ta" em contato com a sociedade, certo, você não consegue traduzir perfeitamente o sentimento da sociedade! Se você não "tá", não está dentro do plenário, com aquele tumulto todo, aquele tumulto fantástico, que quem vê, né, não imagina assim que é uma confusão! E é realmente uma confusão, mas aquela conversa ela é importante, ela é uma troca de sentimentos; ela é uma vamos dizer assim, uma socialização de tudo aquilo que se passa "num" país todo. (Tadeu Fillipeli – Partido Movimento Democrático Brasileiro, 2020).

Nota-se que a entrevista com o deputado federal vai ao encontro da fala da deputada distrital anteriormente apresentada. A votação em plenário não se resume a um "sim" ou a um "não" sobre o projeto – a essência da política está na pluralidade refletida no dissenso das vozes nas negociações (ARENDDT, 2009). Sendo o corpo legislativo aquele que exprime institucionalmente as vozes dispersas na sociedade através das posições partidárias e ideológicas, é no espaço político exclusivo onde se constrói o imaginário da democracia representativa do século XXI.

O espaço político limitado das Prefeituras das superquadras do Plano Piloto (DF)

A importância do espaço político limitado para democracia reforça a afirmação de que esse sistema político se constrói para além das instituições formais, necessitando uma rede de espaços de participação e representação. Esse debate lida com a já conhecida literatura sobre a importância do associativismo para a democracia, que fomenta o capital social, reforça laços horizontais de poder e afeta positivamente o sistema político (TOCQUEVILLE, 2005 [1835]; PUTNAM, 1996)⁸. É nesse debate que encaixamos as prefeituras das superquadras do Plano Piloto, visto que desde a criação de Brasília havia uma preocupação com o fomento da participação cidadã em associações locais.

Segundo a Cartilha *Superquadra de Brasília – Preservando um lugar de viver* (IPHAN, 2015), podemos identificar que o projeto inicial proposto pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa tinha o intuito de representar a cidade mais democrática do país e o centro da decisão política nacional. Seria, portanto, a partir de uma nova arquitetura que se construiria uma nova sociedade. Como afirma Holston (1993, p.15), "Brasília foi construída para ser mais do que o simples símbolo dessa nova era. Seu projeto e sua construção tinham a intenção de criar essa nova era, transformando a sociedade brasileira".

Uma superquadra é uma área de residência de aproximadamente 240 por 240 metros. Contém não menos que oito e não mais que onze prédios de apartamentos onde moram de 2 mil a 3 mil pessoas. Estas superquadras estão divididas entre norte e sul do eixo viário (denominado entre os moradores de "Eixão") que, juntamente ao Eixo Monumental, cruza a região administrativa do Plano Piloto formando um sinal de cruz sobre a cidade ou, como também é vista, um avião. De um lado do eixo viário estão as superquadras nomeadas pelas centenas de cem (100) e trezentos (300), e do outro lado, espelhando o mesmo eixo viário, as centenas duzentas (200) e quatrocentas (400). São numeradas de 01 a 16, agrupadas em Superquadra Norte (SQN – Asa Norte) e Superquadra Sul (SQS

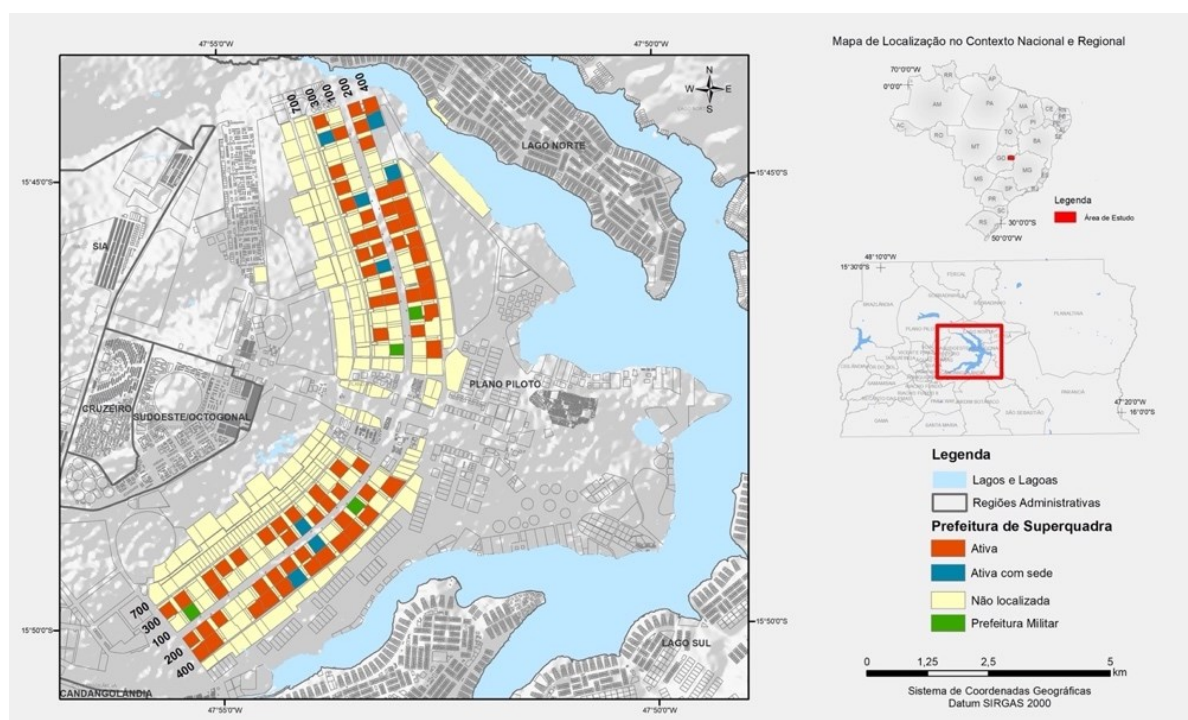
⁸ A defesa do associativismo como um mecanismo importante para a democracia não pode ser feita de modo ingênuo, como já nos apontou Kwon (2004) sobre o papel das associações para o crescimento do fascismo no norte da Itália.

– Asa Sul), totalizando sessenta e quatro (64) superquadras que estão dispostas ao logo do Plano Piloto. Já as quadras localizadas no Setor de Habitações Individuais, paralelo as superquadras e ao eixo viário mencionado acima, estão numeradas pelas centenas setecentos (700) e somam trinta (30) quadras nas partes norte e sul da região.

No que se refere ao Plano Piloto, as associações foram pensadas já na ideia original, cuja concepção remetia à democracia de base e participativa. Em uma das mais importantes pesquisas já realizadas sobre a criação de Brasília, Holston (1993, p.178) afirma que, “o plano sugere que cada entrequadra tenha um clube de vizinhança oferecendo aos habitantes da unidade (de 8 a 12 mil pessoas). [...]. O clube deveria funcionar como o centro social e cultural da vizinhança e também como seu órgão de representação”. A existência de associações comunitárias no Plano Piloto era parte da utopia da construção de Brasília, que buscava na arquitetura modernista o modo de superar a dicotomia público-privado fomentando as relações face-a-face nos moradores.

No Mapa 1 é possível identificar as superquadras que possuem prefeituras comunitárias em pleno funcionamento⁹.

Mapa 1 - Prefeituras de superquadras no Plano Piloto (DF)



Organização: dos autores.

9 Cabe ressaltar que as prefeituras militares observadas durante este trabalho são administradas por órgãos militares e que não se caracterizam como associações da comunidade civil.

O Mapa 1 revela uma relativa difusão espacial desse associativismo pelo Plano Piloto, seja na Asa Norte, seja na Asa Sul, não havendo uma clara diferença entre esses dois bairros¹⁰. Porém, é interessante notar que nas superquadras 400, apenas cinco não possuem a prefeitura; número bem menor do que nas 100, 200 e 300. É conhecido como a população das superquadras 400 é diferente das outras, já que são famílias de classe média que ocupam edifícios de, no máximo, quatro andares (nas outras o gabarito é de seis andares), em geral, sem elevador e garagem. Isso revela que, apesar de uma certa homogeneidade social no Plano Piloto¹¹, há uma diferença nítida interna de apropriação desse recurso participativo, algo que precisa ser analisado com mais atenção em pesquisas futuras.

Apesar do alto nível de difusão desse mecanismo participativo no Plano Piloto, nota-se que apenas oito dessas associações possuem sede física, como é o caso da 409 Sul¹². Segundo entrevista com a líder comunitária, a sede é utilizada para a realização de uma feira semanal que agrupa diferentes setores comerciais e funciona como local de encontro entre os moradores. Ainda de acordo com ela, a existência de um espaço físico confere maior visibilidade à prefeitura, já que também esteve desativada durante os últimos cinco anos, reforçando a descredibilidade dos moradores com a instituição, revelado tanto pela entrevista quanto pelo trabalho de campo. De acordo com a prefeita, este foi fator determinante para a baixa adesão ou contribuição dos moradores desta quadra. A necessidade de isolamento social diminuiu o uso do espaço, fechando-o majoritariamente ao longo de 2020/2021.

Trazer o exemplo da 409 Sul nos faz refletir sobre a importância da materialidade para a fundação e o funcionamento do espaço político. Como afirmado em entrevista, a suspensão do funcionamento da prefeitura nos últimos anos era sempre vista com tristeza, especialmente quando os moradores notavam aquele espaço físico fechado. Pesquisas anteriores já revelaram a importância de um espaço físico para visibilidade de uma associação, especialmente para desvinculá-la da figura algum líder específico e torná-la uma instituição da comunidade (AZEVEDO, 2021).

Entretanto, desde o início da pandemia, com base nos dados fornecidos pela Receita Federal e nos trabalhos de campo, observamos que 31 prefeituras tiveram sua situação cadastral regularizadas, duas novas prefeituras foram criadas e apenas três tornaram-se inativas. A pesquisa de campo demonstrou que a prefeitura da superquadra 215 Norte tenha sido, talvez, o melhor exemplo da importância da retomada das atividades durante o contexto pandêmico. A prefeitura, que esteve desativada durante os últimos cinco anos, conseguiu engajar boa parte dos moradores durante a retomada de suas atividades, inclusive na contribuição financeira mensal. Nesse sentido, a pandemia impactou positivamente o associativismo.

Em entrevista, foi possível perceber que o aumento da permanência dos moradores nas superquadras devido às medidas de contenção da mobilidade, junto às dificuldades enfrentadas durante o contexto pandêmico, proporcionou um crescimento do senso de coletividade, bem como da utilização dos espaços coletivos e das possíveis reparações e consertos necessários. Assim, o

10 Como a divisão político-administrativa do Distrito Federal é completamente diferente daquela dos municípios e estados brasileiros, denominações conhecidas como "bairros" e "cidades" perdem o seu sentido preciso no contexto da capital. Todavia, para compreensão geral, lidaremos com a Asa Norte e a Asa Sul como "bairros" de Brasília.

11 O rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente no Brasil foi de R\$ 1.380. O Distrito Federal ocupou a liderança no país com R\$ 2.475, renda aproximadamente 80% superior à renda nacional e 36% superior ao segundo colocado no ranking, o estado de São Paulo, com renda de R\$ 1.814. A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) por meio da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 dividiu as 31 regiões administrativas do DF em quatro grupos de renda e colocou o Plano Piloto no Grupo 1 (alta renda) com renda domiciliar média de R\$ 15.635.

12 Além desta, as superquadras 107 e 207 Sul, 107, 111, 315, 412 e 415 Norte.

maior tempo para olhar as condições da sua própria superquadra promovido pelo isolamento social conferiu maior visibilidade ao associativismo comunitário.

Através de reuniões ocorridas entre representantes dessas associações com o Executivo e Legislativo do Distrito Federal, além de emendas parlamentares direcionadas a superquadras específicas, foi possível perceber uma importante participação social nas tomadas de decisão política das superquadras que possuem prefeituras. A partir de observação participante na assembleia virtual ordinária da prefeitura da 215 Norte, tornou-se evidente seu papel como canal entre moradores e poder público, além de grande importância na zeladoria dos espaços públicos e eventos de convivência.

Em 15 de julho de 2020, a assembleia geral foi composta por toda a equipe – a prefeita e seus nove secretários – e onze moradores da superquadra 215 Norte. Durante toda a reunião, imagens de antes e depois foram apresentadas para comprovar a atuação da associação em melhorias no cotidiano de seus moradores. O mobiliário urbano, desde o parque infantil, aos bancos e às escadas espalhados na superquadra, havia sido completamente restaurado. Além disso, eventos foram realizados para convívio dos moradores, como Festa Junina e concertos de jazz. A gestão coletiva da superquadra fundou, ainda, um comitê de segurança comunitária, contando com a presença de síndicos, porteiros e moradores, além de um contato direto com a Polícia Militar.

Porém, é na função de canal entre moradores e poder público que percebemos a importância ainda maior desse associativismo. Na assembleia ordinária e em posterior entrevista, a prefeitura da 215 Norte afirmou que diferentes ações realizadas buscaram a articulação com o Governo do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Como consequência, a superquadra recebeu quase R\$1.000.000 de emenda no orçamento de uma deputada distrital para completar a reforma da iluminação pública. Além disso, a partir de reclamações dos moradores, foram feitos 25 requerimentos na Administração Regional do Plano Piloto e 15 na Ouvidoria do Distrito Federal.

Neste contexto, foi elaborado por alguns representantes junto à administração regional e outros atores sociais, um manual para a ativação ou reativação deste tipo de associativismo¹³. Além disso, no ano de 2021, a partir da criação do projeto Nossa Quadra, de autoria do Deputado Distrital Delmasso (Republicanos), foram oferecidos cursos de capacitação direcionados aos prefeitos comunitários, sendo também regulamentada a participação das organizações da sociedade civil no apoio a manutenção dos espaços públicos no Distrito Federal, através da sanção da lei nº 6915 de 2021.

Apesar da experiência virtuosa da prefeitura da superquadra 215 Norte utilizando canais virtuais para ativar a associação e realizar reuniões ordinárias, o caso da 409 Sul nos revela como a existência de um espaço físico fixo pode promover um associativismo comunitário mais permanente, a partir de sua publicidade, local de encontro constante e balcão de reclamações, fortalecendo, assim, as principais funções da prefeitura. Interessante notar que as prefeituras exerceram o papel que o clube da Unidade de Vizinhança tinha no plano original de Brasília. Como já citado, “o clube deveria funcionar como o centro social e cultural da vizinhança e também como seu órgão de representação” (HOLSTON, 1993, p.178). Porém, como vimos, o desejo inserido na utopia de Brasília em ter uma sede própria para representação comunitária segue sem ser alcançado.

De acordo com as entrevistas realizadas e a partir da observação participante, pôde-se concluir que a pandemia afetou diretamente o funcionamento das prefeituras comunitárias revelando aspectos positivos e negativos neste contexto. Dentre os aspectos negativos alguns entrevistados relatam a dificuldade de participação de suas comunidades nas reuniões que se tornaram virtuais

13 <https://jeanndacunha.com.br/manual-prefeitura-comunitaria>

devido ao contexto pandêmico, além da paralisação de algumas atividades presenciais que fortaleciam os laços comunitários locais. Por outro lado, a maior presença dos moradores em suas respectivas superquadras, forçada pela ordem do isolamento social e diminuição de circulação, parece ter fomentado uma maior preocupação com a qualidade do seu ambiente, gerando a ativação de prefeituras antes abandonadas e até mesmo a criação de novas.

Se levamos em consideração a ativação de associações no período pandêmico, é possível afirmar que houve uma melhoria na qualidade da democracia na escala local, já que intensificou o chamado e a permissão de participar. Porém, a grande parte funciona, ainda, de modo virtual, o que pode no futuro atacar a própria relação interpessoal que a produziu. Diferentes pesquisas apontam a importância da relação interpessoal promovida pelo espaço geográfico para aprimoramento da democracia (PUTNAM, 2000; ENOS, 2018), além do caráter polarizador das redes sociais, fortalecendo falas de consenso entre comunidades de iguais (EMPOLI, 2020). A longo prazo, cabe investigar se há diferenças notáveis nas relações entre os moradores que vivem em superquadras com sedes físicas de suas associações e mais reuniões que promovem o encontro cara-a-cara, e aquelas no qual o encontro ocorre de modo virtual.

O uso discriminado do espaço político aberto do Eixo Monumental na pandemia

É importante ressaltar que, a partir da definição já apresentada sobre política e espaço político, não consideramos as manifestações e protestos como evidências de um enfraquecimento da democracia, pelo contrário, revela sua pujança e vitalidade. É no espaço político aberto onde os diferentes se encontram e buscam pressionar a agenda política.

No Brasil, foram registradas diversas manifestações entre 2019 e 2021. O país vive um contexto de grande polarização política e ideológica, e a crise institucional, econômica e social se agudizaram com a crise sanitária e de emergência de saúde pública. Segundo dados de uma organização sem fins lucrativos, o país registrou mais de 1.000 eventos de protestos entre março e junho de 2020¹⁴. A maioria, segundo os dados da pesquisa, foi diretamente relacionada às respostas à crise da pandemia. As pesquisas da organização ainda demonstram que em fevereiro de 2020 foram registradas 174 manifestações, atingindo um recorde em março do mesmo ano com 406 manifestações, um acréscimo de 133%, segundo a agência.

Segundo pesquisas já produzidas, a seleção espacial de um espaço político aberto perpassa atributos materiais – como distância, acessibilidade, tamanho e posição geográfica (AZEVEDO E LIÑARES, 2020; MACHADO FILHO, 2020) – e características imateriais cultural-históricas – marcos simbólicos que qualificam o espaço e carregam de sentido a ação política (LEE, 2009; PARKINSON, 2012; GOMES, 2012). Assim, selecionar um espaço para ocorrência de um ato político é compreendê-lo mais do que um palco, mas como um recurso capaz de amplificar as vozes, já que essa seleção pode transformar a escala de impacto de uma ação política. É nesse sentido que é possível dizer que existe um processo de *seletividade político-espacial* que valoriza a ideia de política e seus atributos principais (ARENDETT, 2009).

Em Brasília, é no Eixo Monumental onde ocorrem os principais protestos da capital. Nessa grande esplanada, o Congresso Nacional se opõe diretamente à Rodoviária de Brasília, deixando o gramado do canteiro central completamente livre de ocupação desde o início até o seu fim. Ao redor deste canteiro estão edifícios do Poder Executivo compostos pelo Congresso Nacional, dezessete

14 <https://basedosdados.org/dataset/armed-conflict-location-event-data-acled>

Ministérios, Palácio do Itamaraty, Museu Nacional da República, Biblioteca Nacional, Catedral Metropolitana de Brasília e do edifício do Teatro Nacional. A escala urbana é, então, tomada pela monumentalidade e toda a sua simbologia política é atrativa para a tomada desse espaço para a ação política.

A pesquisa realizada nos três maiores jornais e sites do Distrito Federal demonstrou que o espaço político aberto da Esplanada, sob a pandemia de covid-19 no ano de 2020, foi utilizado por apenas um grupo, os apoiadores do Governo Federal. Apesar de os primeiros protestos de março de 2020 terem sido por grupos opositores ao Governo Federal, o espaço foi, após os decretos do mês de março e abril, instrumentalizado e utilizado majoritariamente para amplificar as vozes dos apoiadores. As estratégias para manifestação dos grupos variavam entre a tomada da rua por grupos de pessoas em passeata e manifestações através de carreatas e outros veículos a motor. Essas duas estratégias ocorreram também simultaneamente em alguns eventos durante o ano de 2020, todos realizados por apoiadores do Governo.

Sem dúvida, esse fenômeno é explicado pelo posicionamento dos apoiadores de Jair Bolsonaro sobre a pandemia, quando o presidente negava a gravidade das infecções, contribuindo para os crescentes casos de infecção e morte. Pesquisas já demonstraram a relação de municípios com maior porcentagem de apoio ao Governo e maior contaminação e mortes por coronavírus (XAVIER et al, 2022). Assim, em 2020, no auge da crise econômica e política do Governo Bolsonaro, o principal espaço político aberto do Distrito Federal foi ocupado apenas por seus apoiadores. Foram estes manifestantes que romperam com a determinação do Governo do Distrito Federal que impedia eventos que promovessem aglomerações (Decreto n.40.509 – 11/03/2020).

Importante reforçar que o esvaziamento/ocupação desse espaço político aberto é reflexo dos diferentes posicionamentos da oposição e do Governo em relação à gravidade da pandemia e a imposição ilegal de um grupo às regras definidas naquele momento. Portanto, a rua não deixou de ser ocupada pela oposição por algum arbítrio autoritário, o que é, em geral, uma estratégia utilizada em ambientes não democráticos, mas por decreto para a contenção do vírus. Esse é exatamente o caso excepcional do contexto pandêmico: o uso do espaço político aberto foi afetado por uma agenda legítima, mas que não atingiu uniformemente todos os grupos, já que a oposição decidiu aceitar a imposição legal do isolamento social.

Como diferentes publicações nas mídias apontaram à época, os manifestantes contrários ao Governo mudaram de estratégia e passaram a utilizar de pannels e vaias nas varandas de suas casas como modo de criticar o Governo. Somente em São Paulo esse tipo de protesto foi registrado por dezessete dias seguidos (G1, 2020); enquanto isso, a rua era ocupada por apoiadores e, até mesmo, pelo próprio presidente, que foi multado duas vezes pelo Governo do Distrito Federal por provocar aglomeração e não usar máscara (G1, 2020)¹⁵. De 15 de março até maio, foram onze manifestações favoráveis, com passeatas e carreatas de grande amplitude, e apenas uma contrária, com profissionais da saúde protestando em homenagem a colegas mortos. As distintas estratégias políticas utilizadas pelos apoiadores ou opositores ao Governo possuem impactos políticos diferenciados.

É possível afirmar, portanto, que a suspensão do espaço político aberto atingiu apenas a um grupo, promovendo o uso discriminado e atingindo a ideia de diferença. Como afirma Silva (2020), o contexto político/pandêmico fragilizou a oposição ao Governo, que acabou não recebendo um importante apoio das ruas para emplacar um processo de impeachment. Apesar de a existência de

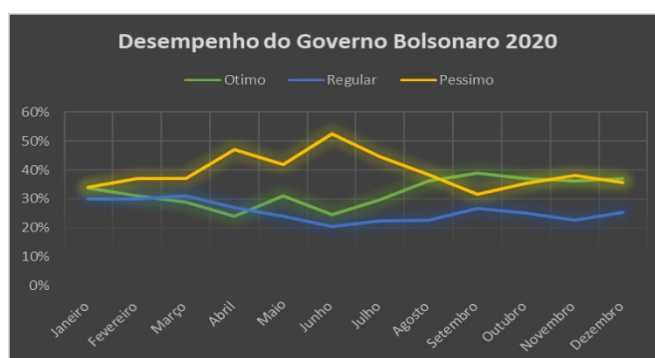
¹⁵<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/15/ibaneis-manda-multar-ministro-weintraub-por-falta-de-mascara-durante-ato-de-apoio-a-bolsonaro.ghtml>

manifestações não determinar a abertura de um processo de impeachment, diferentes estudos apontam a importância das ruas (e de suas imagens que são reproduzidos posteriormente) na construção de discursos no Parlamento favoráveis à cassação de mandatos (TATAGIBA, 2018; BARON, 2019; SOUZA e SIMIONI, 2022). Em Machado Filho (2017), os nexos entre “rua e palácio” foram revelados a partir das respostas diretas dadas pelo Parlamento às manifestações ocorridas entre 2013-2016. É, portanto, conhecido na literatura como o uso intenso dos espaços políticos abertos é um elemento fundamental em qualquer processo de impeachment, impactando a opinião pública (MCADAM e TARROW, 2011).

Na mídia, a relação entre manifestação e maior força política para pedido de impeachment também se reproduz. Em 02 de abril de 2016, cientistas políticas afirmaram para a Agência Brasil que “manifestações podem mudar decisões sobre impeachment”¹⁶. Na reportagem do El País de 14 de março de 2016, a capa afirmava que a “maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas”¹⁷. Na página do Tribunal Superior Eleitoral, o jurista Abraão Lopes reforça que não há base legal que sustente uma revogação dos mandatos no Brasil, como o recall nos Estados Unidos¹⁸, porém as manifestações de 2013 teria dado força para a discussão de uma Proposta de Emenda Constitucional para criação desse mecanismo no país.

No auge de crises severas, como a renúncia de Sérgio Moro ao cargo de Ministro da Justiça, a troca constante de ministros da Saúde em plena pandemia e as intensas queimadas no Pantanal (com repercussão internacional), as ruas estavam vazias e, quando cheias, reforçavam um apoio que não refletiam as pesquisas de opinião. Se observamos o Gráfico 1, percebe-se o aumento considerável da opinião “péssimo” para o Governo Federal, que não acompanha o uso dos espaços políticos abertos.

Gráfico 1 – Desempenho do Governo Bolsonaro (2020)



Fonte: Exame/IDEIA, PodeData, DataFolha, CNT/MDA, XP/Ipespe, Atlas Político.
Organização: dos autores.

¹⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/manifestacoes-podem-mudar-decisoes-sobre-impeachment-dizem-cientistas>

¹⁷ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html. Acessado dia 12/09/2022.

¹⁸ <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-3-ano-4/como-escolher-o-seu-candidato>. Acessado dia 12/09/2022.

Esse quadro começa a mudar no decorrer do ano de 2021 com a diminuição na articulação de grupos pró-governo: queda de 56,25% na realização de manifestações em espaço público em comparação ao ano anterior. Já os grupos contrários, de oposição, mostraram-se com uma taxa constante ao decorrer de 2021 mantendo o número de atos do ano anterior, como demonstra a Tabela 3 abaixo. No total, os grupos tiveram a mesma quantidade de manifestações até maio de 2021, sendo sete o número total de ambos, até o momento da escrita deste artigo.

Tabela 3 - Usos do espaço político aberto em Brasília/DF

Data	Posição	Estratégia de Ocupação	Data	Posição	Estratégia de Ocupação
08/01	Oposição	Passeata	15/05	Pró-Governo	Passeata
15/01	Pro-Governo	Passeata e Carreata	29/05	Oposição	Passeata e carreata
16/01	Oposição	Passeata	13/06	Oposição	Passeata
21/03	Pró-Governo	Carreata	19/06	Oposição	Passeata e Carreata
28/03	Pró-Governo	Passeata e Carreata	03/07	Oposição	Passeata
01/02	Pró-Governo	Passeata	24/07	Oposição	Passeata
14/05	Pró-Governo	14/05	01/08	Pró-Governo	Passeata

Fonte: diversas fontes.
Organização: dos autores.

Pôde-se notar também, uma pequena diferença na forma que os grupos de oposição tomaram o espaço de representação política. Em 2021, esses grupos se mostraram mais presentes nos espaços públicos, em sua maioria na escala monumental do Plano Piloto de Brasília, mostrando uma clara migração dos espaços de representação virtuais para os espaços físicos. Tal fenômeno está ligado à maior oferta de vacinas que vêm sendo disponibilizadas na rede pública de saúde, fato que pode ter contribuído para o aumento gradativo dos atos em geral.

A tensão pelo uso da rua em contexto pandêmico em momento sensível político não foi exclusiva do Brasil, como atestam pesquisas realizadas em outros países. Esses impactos estão sendo analisados mundo a fora, já que a pandemia forçou que muitos movimentos fossem suspensos, com exceções de alguns que desafiaram o contexto¹⁹. Nos EUA, no auge da repercussão da morte de George Floyd, a população desejava ocupar as ruas, mas eram culpabilizadas pelo crescimento do número de casos da doença (KAMPMARK, 2020), já que a aglomeração é uma marca desses protestos. Estabeleceu-se, assim, uma disputa de narrativas entre aqueles que criticavam as manifestações e aqueles que defendiam que o momento de ir às ruas não poderia ser desperdiçado, mesmo no auge de uma pandemia (DAVE et al, 2020). Na Venezuela, a oposição encabeçada por Juan Guaidó afirmou que o regime de Nicolás Maduro teria de beneficiado das ruas vazias para aprofundar ainda mais suas agressões à oposição²⁰.

19 <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-14/o-protesto-se-nega-a-morrer.html>

20 https://www.abc.es/internacional/abci-guaido-vuelve-congregar-venezolanos-calles-despues-anos-confinamiento-202202121937_noticia.html?ref=https%3A%2F%2Fwww.abc.es%2Finternacional%2Fabci-guaido-vuelve-congregar-venezolanos-calles-despues-anos-confinamiento-202202121937_noticia.html

É nesse sentido que podemos afirmar que o isolamento social teve também um efeito negativo na qualidade da democracia, já que impactou o uso legítimo do espaço político aberto por diferentes grupos sociais, discriminando-o apenas ao uso dos grupos que insistiam em negar a severidade da pandemia e o isolamento social como solução. A queda de popularidade em 2020 não refletiu na ocupação do espaço político aberto: durante um dos anos mais polêmicos do Governo Federal as ruas estavam esvaziadas pela oposição e ocupada por apoiadores.

Considerações Finais

A suspensão do encontro presencial nos espaços políticos durante o contexto pandêmico precisa ser vista com cautela. No âmbito da geografia política, diferentes problemáticas surgem com potencial de investigação, a partir do momento em que as relações entre o poder político e o espaço geográfico se transformam para o enfrentamento de um problema e a adaptação de uma sociedade que encontrou desafios poucas vezes experienciados na história moderna. O espaço geográfico em sua relação com o poder político pode ser visto como meio e condição de enfrentamento da crise.

Entende-se aqui a democracia como uma forma de governo que se aprofunda quanto mais e melhores forem o chamado e a permissão para a participação, seja em formato direto ou de modo legitimamente representativo. É pela difusão e qualificação dos espaços políticos que podemos mensurar se houve um aprimoramento ou retrocesso da democracia. O objetivo desse texto foi qualificar a democracia a partir de uma perspectiva geográfica, tendo o Distrito Federal como escala de análise. Foram selecionados três importantes espaços políticos – a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as prefeituras comunitárias do Plano Piloto e a Esplanada dos Ministérios – para revelar o impacto do legítimo isolamento social para os seus funcionamentos.

As consequências do isolamento social para o funcionamento de cada tipo de espaço político são diversas e precisam ser analisadas separadamente. Além disso, é importante refletir sobre os impactos a médio e longo prazos, como leis que foram aprovadas à toque de caixa, sem a devida fiscalização, dissenso e publicidade. Uma maior quantidade de leis aprovadas com menor quantidade de sessões, além da inofensiva presença virtual de público, fere princípios básicos da democracia, como o chamado e a permissão de participação direta ou através da legítima representação.

No caso dos espaços políticos limitados, o crescimento no número de associações de moradores virtuais sem sua importante materialidade precisa ser analisado no futuro, já que a literatura aponta para a importância do contato face a face e o problema da desigualdade de acesso aos equipamentos eletrônicos. Por fim, o uso discriminado das ruas e praças apenas por certos grupos pode reverberar não somente no momento perdido, mas também em importantes acontecimentos político-eleitorais que virão.

Referências

- ARENDRT, H. (2009) O que é política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- AZEVEDO, D. A. (2018) Modelos de democracia e espaços políticos: o caso da democracia participativa. *Revista Geografica*, vol.15, n.1, p.126-146.
- AZEVEDO, D. A. (2019) Evaluation of the democratic system from the qualification of political spaces: the case of Cuauhtémoc (Mexico). *L'Espace Politique* 39, n.3, p.1-25.
- AZEVEDO, D. A. (2021) O sofisma da democracia participativa: uma interpretação geográfica da participação política. Rio de Janeiro: Editora Ape'Ku.
- AZEVEDO, D. A. LIÑARES, D. E. H. (2020) Geografía de la democracia: espacio político abierto en conflicto en la elección presidencial de 2018 en México. *GEOgraphia* 22, no.49, p.1-16.
- AZEVEDO, D. A.; VAN DEN BRULE, D. M. (2021) Ciberespaço é a nova panaceia da democracia? *Mercator, Fortaleza*, v.20, p.1-16.
- BARON, L. (2019) Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n.2, p. 191–217.
- BITOUN, J. et al. (2020) Novo coronavírus, velhas desigualdades: distribuição dos casos, óbitos e letalidade por SRAG decorrentes da covid-19 na cidade do Recife. *Confins*, n.48.
- BOBBIO, N. (2000) O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra.
- BOOTH, J.A. (1998) Costa Rica: quest for democracy, Washington D.C., Westview Press.
- BUSH, S.S. (2017) The politics of rating freedom: ideological affinity, private authority, and the freedom in the world ratings. *Perspectives on Politics*, vol. 15, n.3, p.711-731.
- CASTRO, I. E. A Democracia como um problema para a geografia: o fundamento territorial da política". Em Castro, I. E.; Rodrigues, J. N.; Ribeiro, R. W. (2013) *Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea*, p.23-55, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CASTRO, I. E. (2018) Espaço Político. *GEOgraphia* 20, no.42, p.120-126.
- DAHL, R. (2009) Sobre a democracia. Brasília: Universidade de Brasília.
- DALTON, R. J. (2017) The participation gap: social status and political inequality. Oxford Editor.
- DAVE, D. et al. (2020) Black lives matter protests, social distancing, and covid-19. *SSRN Electronic Journal*, January.
- EMPOLI, G. (2020) Os engenheiros do caos. São Paulo, Vestígio.
- ENOS, R. D. (2018) The space between us: social geography and politics. Cambridge University Press.
- HOLSTON, J. (1993) A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). (2015) Cartilha, "Superquadra de Brasília, preservando um lugar de viver".
- GERBAUDO, P. (2012) Tweets and the streets: social media and contemporary activism. Plutopress.
- GOMES, P.C.C. (2012) Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. Em: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Côrrea, R.L. *Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.19-42.
- KAMPMARK, B. (2020) Protesting in pandemic times: covid-19, public health, and black lives matter. *Contention*, 8(2), p.1-20.
- KWON, H. (2004) Associations, civic norms, and democracy: revisiting the Italian case. *Theory and Society*, vol.33, n.2, , p.135-166.
- LEE, N.K. (2009) How is political public space made? – _the birth of Tiananmen Square and the May Fourth Movement. *Political Geography*, vol.28 (1), p.32-43.
- LEOPOLDO, E. (2020) O mundo, a Amazônia e a região de fronteira no fio da navalha: o Sul e Sudeste do Pará em tempos da pandemia do coronavírus. *Espaço e economia*, n.18, ano IX.
- LEVINE, D.H.; MOLINA, J.E. (2011) The Quality of democracy in Latin America. London: Lynne Rienner.
- LÉVY, J. (1999) Le tournant géographique. Paris: Belin.

- MACHADO FILHO, G. F. (2017) Espaços da política: a relação entre o espaço político das assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas. Dissertação de mestrado: PPGG, UFRJ.
- MACHADO FILHO, G. F. (2020) A cidade e seus espaços de contestação. *Revista Espaço e Geografia* 23, no.2, p.180-196.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. (2010) *Democratic Governance in Latin America*, Stanford, Stanford University.
- MAGRANI, E. (2014) *Democracia conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático*. Curitiba: Juruá.
- MARTIN, R. (2001) Geography and public policy: the case of missing agenda. *Progress in Human Geography*, vol. 25, n.2, p.189-210.
- MCADAM, D. & TARROW, S. (2011) Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. *Sociologias* 13 (28), p.18-51.
- NETO, T. O.; GARCIA, T. S. L.; SPINUSSI, T. (2020) Pandemia de Covid-19, as fronteiras pelo mundo e o transporte aéreo na Itália. *Confins*, n.44.
- OLLAIK, L. G.; ZILLER, H. M. (2012) Concepções de validade em pesquisa qualitativa. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v.38, n.1, p.229-241.
- Ó DONNELL, G. (2004b) "The quality of democracy: why the rule of law matters", *Journal of Democracy*, vol.15, n.4, p.32-46.
- PARKINSON, J. R. (2012) *Democracy and Public Space*. London: Oxford University Press.
- PATEMAN, C. (1970) *Participation and Democratic Theory*. Londres: Cambridge University Press.
- PITKIN, H. E. (1967) *The concept of representation*. Berkley: University of California Press.
- PUTNAM, R. D. (1996) *Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- PUTNAM, R. D. (2000) *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster Paperbacks.
- RAFFESTIN, C. (1993) *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- RODRIGUES, J. N.; AZEVEDO, D. A. (2020) Pandemia do coronavírus e a (des)coordenação federativa: evidências de um conflito político-territorial. *Espaço e economia*, n.18, ano IX.
- SACK, R. (1986) *Human territoriality its theory and history*. Cambridge.
- SANTOS, F. K. S. (2021) Ensino remoto emergencial (ERE) em Geografia na educação superior. *Caminhos de Geografia*, v.22, n.83, p.287-300.
- SECOR, A. J. (2010) Social surveys, interviews, and focus group. In: Gomez, B., James, J. P., *Research Methods in Geography: a critical introduction*. Oxford: Wiley-Blackwell Editor, p.194-206.
- SHIRKY, C. (2008) *Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations*. New York: Penguin Press.
- SHIRKY, C. (2011) The Political Power of Social Media. *Foreign Affairs*, January/February.
- SILVA, I. M. (2020) O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. *Revista brasileira de pesquisa (auto)biográfica*, v.05, n.16, p.1478-1488.
- SOUZA, N. L. R.; SIMIONI, C. A. (2022) Movimentos sociais e democracia: a participação nas manifestações de junho de 2013 e as repercussões no impeachment da presidente Dilma Rousseff. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, v.8, n.5, p.1–18.
- TARROW, S. (2009) *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.
- TATAGIBA, L. (2018) Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. Retirado de https://brill.com/view/journals/luso/17/1/article-p112_8.xml?ebody=full%20html-copy1. Acessado dia 12 de setembro de 2022.
- TILLY, C. (2007) *Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- TOCQUEVILLE, Alexis. (2005) *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fonte, [1835].
- TRINDADE, T. A. (2018) Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo. *RBCS*, vol.33, n.97, p.1-20.

- VERGARA, Sylvia Constant. (2010) *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 12. ed. São Paulo: Atlas.
- YOUNG, I. M. (2006) *Representação política, identidade e minorias*. Lua Nova, Lua Nova, São Paulo, 67, p.139-190,.
- XAVIER, D. R. et al. (2022) Involvement of political and socio-economic factors in the spatial and temporal dynamics of COVID-19 outcomes in Brazil: a population-based study. *The Lancet*.